

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.775.980 - SP (2020/0270261-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : SULAMERICANA INDUSTRIAL EIRELI  
**AGRAVANTE** : ECOIME INDUSTRIAL LTDA  
**ADVOGADOS** : ELOÍSA HELENA TOGNIN - SP139958  
JOÃO AESSIO NOGUEIRA - SP139706  
LUCIANA CAROLINA GONÇALVES - SP227821  
**AGRAVADO** : ELEKTRO REDES S.A  
**ADVOGADO** : BRUNO HENRIQUE GONÇALVES - SP131351

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por SULAMERICANA INDUSTRIAL EIRELI e OUTRO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

VOTO N 7709 AGRAVO DE INSTRUMENTO INDENIZAÇÃO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA APLICAÇÃO DE MULTA POR ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA E DETERMINAÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO DOS DOCUMENTOS CONTÁBEIS CABIMENTO EXECUTADAS QUE REGULARMENTE INTIMADAS PARA COLABORAR COM O JUÍZO NA ELABORAÇÃO DO PLANO DE PENHORA PERMANECERAM INERTES IMPOSSIBILITANDO O JUÍZO DE DIRECIONAR A EXECUÇÃO PARA RUMO MENOS ONEROSO EXECUÇÃO REALIZADA NO INTERESSE DO CREDOR (ART 797 DO CPC) FACULDADE DE O MAGISTRADO SE SERVIR DE MEDIDAS INDUTIVAS COERCITIVAS MANDAMENTAIS OU SUBROGATÓRIAS NECESSÁRIAS PARA ASSEGURAR O CUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL SOB PENA DE DESCRÉDITO DO PODER JUDICIÁRIO INTELIGÊNCIA DO ART 139 IV DO CPC DECISÃO MANTIDA RECURSO DESPROVIDO  
VOTO N 7795 AGRAVO INTERNO INSURGÊNCIA CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU A TUTELA RECURSAL AGRAVO DE INSTRUMENTO JULGADO PERDA DO OBJETO DO AGRAVO INTERNO PRECEDENTES RECURSO PREJUDICADO

Quanto à controvérsia, pela alínea "c" do permissivo

constitucional, alega divergência interpretativa quanto à aplicação de multa no importe de 10%, por ato atentatório à dignidade da justiça, considerando-a incabível, uma vez que inexistiu por parte da ora Recorrente o dolo relativo ao descumprimento de decisão judicial, necessário para a imposição da aludida multa, tendo sido exercido tão somente o direito ao duplo grau de jurisdição, trazendo os seguintes argumentos:

A Recorrente, in casu, como bem demonstrado nos autos, não deixou de cumprir com a ordem judicial, mas sim, exerceu seu direito ao duplo grau de jurisdição, pois, não se conformando com a penhora de faturamento no importe de 30%, recorreu da decisão, conforme se pode verificar nos autos do Agravo de Instrumento nº 2245447-66.2018.8.26.0000, haja vista que, além da garantia dada pela Recorrente, ainda teve a penhora do seu faturamento deferida, infringindo, desta feita, o quanto disposto no artigo 805 do CPC. (fls. 341).

[...]

Ante a confissão da Recorrida, às fls. 1893/1895, de fato, a interposição de Agravo de Instrumento, quanto o excesso de penhora tinha fundamento, o que descaracteriza a imposição da multa por ato atentatório, uma vez que em nenhum momento a Recorrente embarçou a efetivação da penhora sobre o faturamento.

[...]

O paradigma observa que não se admite a imposição de multa por ato atentatório, quando não existe o elemento vontade, isso porque, conforme se verifica no presente, a Recorrente apenas exerceu o direito ao duplo grau de jurisdição, porque não se conformou com a penhora em duplicidade, quais sejam: o imóvel e a penhora de faturamento.

[...]

De outra banda, antes mesmo da decisão, a Recorrente entregou os documentos requeridos pelo perito, em 04/10/2019, ou seja, bem antes da decisão do agravo de instrumento, a fim de, efetivamente, evitar o trancamento da execução, como se verifica na certidão de fls. 1.886...

[...]

Assim, dúvidas não pairam quanto a inexistência de qualquer embarço na entrega da documentação e, principalmente, a ausência de dolo, o que, s.m.j., justifica a reforma do julgado, excluindo-se a multa por ato atentatório, no importe de 10%. (fls. 341/342, 344/345)

É, no essencial, o relatório. Decido.

No que concerne ao recurso apresentado, quanto à controvérsia suscitada, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a

parte recorrente deixou de indicar com precisão quais dispositivos legais seriam objeto de dissídio interpretativo, o que atrai, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nessa linha, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que, “uma vez observado, no caso concreto, que nas razões do recurso especial não foram indicados os dispositivos de lei federal acerca dos quais supostamente há dissídio jurisprudencial, a única solução possível será o não conhecimento do recurso por deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF”. (AgRg no REsp 1.346.588/DF, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe de 17/3/2014.)

Confiram-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.616.851/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; AgInt no AREsp 1.518.371/RJ, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 15/5/2020; AgInt no AREsp 1.552.950/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 8/5/2020; AgInt no AREsp 1.023.256/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 24/4/2020; e AgInt nos EDcl no AREsp 1.510.607/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 1º/4/2020.

Ademais, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

"[...] A leitura do artigo 139, IV, do Código de Processo Civil, que trata dos poderes do juiz, permite a adoção das medidas colocadas em discussão no presente caso.

[...]

No caso em tela, as executadas, ora agravantes, ainda que regularmente intimadas para colaborar com o Juízo na elaboração do plano de penhora, insistem em permanecer inertes, impossibilitando o juízo de direcionar a execução para rumo que lhe seja menos oneroso.

Vale ressaltar que o artigo 797 do Código de Processo Civil determina que a execução seja realizada no interesse do credor, de forma que o magistrado, quando esgotadas as outras alternativas para viabilizar o cumprimento da obrigação pelo devedor, terá a sua disposição, consoante lhe faculta o artigo 139, IV do CPC, a possibilidade de se servir de '*medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária*'.

[...]

Para situações extremas, como visualizamos nesse caso, em que, repita-se, se está há mais de um ano aguardando que as agravantes colaborem com o perito judicial para a criação do plano de penhora de parte de seu faturamento, tempo por demais suficiente para que fosse elaborado, a inércia das Agravantes autoriza que o juiz se sirva da medida de determinação de apresentação dos documentos contábeis sob pena de se configurar ato atentatório à dignidade da Justiça, para compelir o cumprimento da obrigação, sob pena de descrédito do Poder Judiciário.

[...]

Note-se que as agravantes permanecem irredutíveis no cumprimento da decisão, tendo sido apenadas com multa de 10% do valor atualizado do saldo devedor após mais uma vez deixarem transcorrer in albis o prazo para atendimento da determinação judicial, o que, por si só, demonstra a necessidade de manutenção da decisão tal como proferida na origem, inclusive com relação a apreensão dos documentos ali determinados.

Decisão judicial não é recomendação, mas parece que os agravantes não estão certos disso.

Desta forma, o magistrado de primeiro grau agiu com acerto ao determinar a busca e apreensão dos documentos indicados no item 2 de fl. 1.545, os extratos bancários, a movimentação dos estoques, o fluxo de caixa e as demonstrações contábeis, revelando-se apropriada também a fixação de multa de 10% sobre o valor atualizado do saldo devedor, ante a recalcitrância das agravantes no descumprimento da ordem judicial". (fls. 287/290)

Assim, não foi comprovado o dissídio jurisprudencial, uma vez que inexistente a necessária similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas indicados.

Nesse sentido, o STJ decidiu: "Quanto à apontada divergência jurisprudencial, observa-se que os acórdãos confrontados não possuem a mesma similitude fática e jurídica, uma vez que, enquanto o acórdão recorrido trata da prescrição quanto à indenização pela demora injustificada na concessão de aposentadoria, os acórdãos paradigmas cuidam do termo inicial da prescrição para requerer a conversão de licença-prêmio não gozada em pecúnia". (AgInt no REsp 1.659.721/SC, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 29/5/2020.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AREsp 1.241.527/RS, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 26/3/2019; AgInt no AREsp 1.385.820/RS, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 2/4/2019; AgInt no AREsp 1.625.775/RS, relator

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 25/6/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente